



## O PAPEL DA MULHER NOS ESTABELECIMENTOS DE AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL (PR)

Jéssica Costa Pizaia

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Ariel Pereira da Silva Oliveira

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Denis Anderson Vieira de Moura

Universidade Estadual de Londrina - UEL

### RESUMO

A agricultura familiar atualmente se configura como a principal responsável pela segurança alimentar brasileira. Porém, com a diminuição do contingente populacional no campo há a tendência crescente de escassez de mão de obra, já que são os jovens, principalmente mulheres, que emigram para as áreas urbanas em busca de alternativas de trabalho e estudo. Foram realizados trabalhos de campo, entrevistas e questionários com diversos produtores familiares da microrregião geográfica de Faxinal-PR, além de levantamento bibliográfico e leituras a respeito de: agricultura familiar, questões de gênero, políticas públicas, e etc. Deste modo, foi realizada a sistematização de todos os dados coletados e sua análise, resultando no texto final. Assim, o objetivo do presente estudo é verificar, demonstrar e reconhecer como vivem as mulheres no campo, inclusive seu papel e suas dificuldades. Constatou-se que aquelas que ainda resistem à atração das cidades são casadas em sua maioria, sendo que a maioria das esposas são impedidas por seus maridos de trabalhar fora das propriedades. Algumas conseguem reverter a situação se vinculando a políticas governamentais, as quais permitem que a mulher consiga realizar seus trabalhos em sua propriedade e buscar uma fonte de renda.

**Palavras-chave:** Mulheres do Campo; Gênero; Agricultura Familiar;

### INTRODUÇÃO

O foco da Geografia é o estudo e análise do espaço geográfico e todos os fenômenos que nele ocorrem. Como as demais ciências humanas, a Geografia visa

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



estudar e desvendar diversos problemas sociais, dentre eles os processos de exclusão sejam eles raciais, socioeconômicos, de gênero. Utilizando os mesmos como uma ferramenta para o entendimento e compreensão do espaço.

Estudos sobre gênero podem ser abordados de diversas formas na Geografia Humana. No caso do presente trabalho, o objetivo central foi entender o papel da mulher no espaço agrário, tendo como recorte geográfico a microrregião geográfica de Faxinal, ressaltando suas atribuições e tarefas definidas através de padrões estabelecidos entre atividades tipicamente masculinas e/ou femininas.

Objetiva-se apresentar o papel da mulher e a importância de seu trabalho para a realização e manutenção da agricultura familiar em pequenas propriedades, e como essas mesmas atribuições aparecem como um empecilho para a mulher conseguir algum vínculo empregatício para complementar a renda familiar. O trabalho apresentará a importância econômica da agricultura familiar e as contribuições do gênero feminino neste ramo econômico.

Com relação à metodologia utilizada, realizou-se levantamentos e leituras de publicações relevantes e condizentes à temática, com a finalidade de entender as facetas da questão de gênero sob a ótica da Geografia. Estas atividades respaldaram a elaboração do referencial teórico. Além disso, elaborou-se questionários utilizados nos trabalhos de campo em municípios pertencentes à microrregião geográfica de Faxinal, e roteiros de entrevistas junto dos produtores rurais e servidores públicos, resultados estes, que foram sistematizados e analisados.

## **AGRICULTURA FAMILIAR E A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL**

A agricultura familiar sempre foi importante, pelo fato de ser fornecedora de alimentos para a sociedade. Um exemplo de sua relevância é o fato de 2014 ter sido escolhido como o Ano Internacional da Agricultura Familiar pela Food and Agriculture Organization (FAO). Para a FAO (2014), a agricultura familiar tem

Realização:



Apoio:

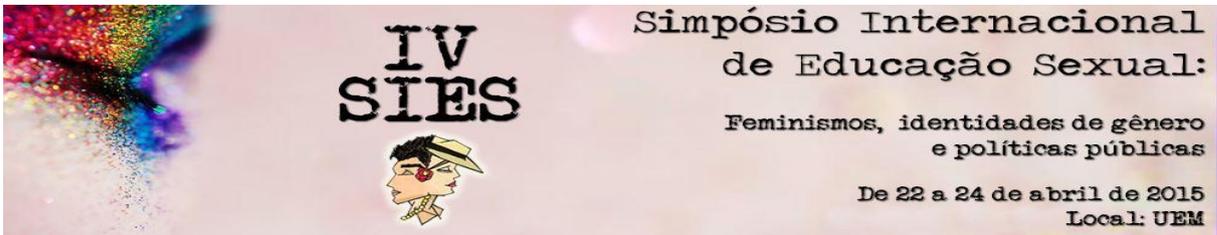


**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





importante papel na erradicação da fome e pobreza, e conseqüentemente na segurança alimentar e desenvolvimento sustentável, sobretudo nas áreas rurais.

Segundo Candiotto (2011), a partir de 1990 o governo federal reconhece em esfera político-institucional a relevância da produção familiar, levando em conta transformações socioespaciais que são conseqüências das novas técnicas que penetraram no campo. Com a posse da terra, trabalho e gestão familiar, o agricultor familiar é uma categoria social com possibilidade de autonomia. É crescente o reconhecimento da importância da agricultura familiar nas discussões sobre segurança alimentar, sustentabilidade do desenvolvimento rural.

Para Denardi (2001), os estabelecimentos sob a forma da exploração da força de trabalho familiar têm duas características principais: a primeira é que sua administração é feita pela própria família; a segunda é que a família trabalha diretamente podendo ou não ter o auxílio de terceiros (em número menor aos membros da família). O estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo, de produção e de reprodução social.

Atualmente, o debate se dá por meio de análises da polarização entre dois modelos de agricultura no Brasil; Esses modelos apesar de serem antagônicos se combinam: de um lado o *agronegócio* caracterizado pela tecnificação, e relações capitalistas, sendo um modelo patronal com toda a produção direcionada a exportação e de outro a *agricultura familiar*, caracterizada pela posse da propriedade (pequenos lotes) trabalho e gestão familiar. (CANDIOTTO, 2011).

Apesar dessa polaridade, o agronegócio e a agricultura familiar não são contrapostas já que ocorre incorporação de técnicas e métodos provenientes do agronegócio por diversas unidades familiares, além disso, hoje há integração de agricultores familiares com a agroindústria, influenciando o modo de vida familiar (CANDIOTTO, 2011).

Segundo Candiotto (2011) a agricultura familiar foi considerada até o início da década de 1990, sinônimo de atraso, sendo algo que deveria ser superado pela modernização; a partir desse período sua relevância passa a ser mais reconhecida, sendo fundamental, por exemplo, para a incorporação de práticas vinculadas a

Realização:



Apoio:



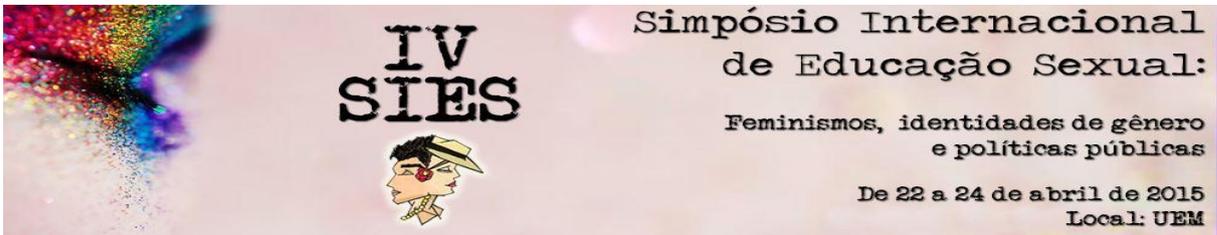
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



sustentabilidade no Brasil. A agricultura familiar no Brasil é um setor estratégico, existindo 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, ocupando 80 milhões de hectares de terras (24% da superfície agrícola total do país); Em 2006 contribuiu com 38% do valor bruto da produção agrícola (FAO, 2014).

Assim, é interessante o estudo da microrregião geográfica de Faxinal por esta possuir 80% dos estabelecimentos enquadrados como sendo de agricultura familiar. Segundo dados IPARDES (2007) a microrregião geográfica de Faxinal é composta por sete municípios: Bom Sucesso, Borrazópolis, Cruzmaltina, Faxinal, Kaloré, Marumbi e Rio Bom; essa microrregião faz parte do Território do Vale do Ivaí, que abrange uma área de 7.385 Km<sup>2</sup>; como pode ser visto na figura 1.

**Figura 1:** A microrregião geográfica de Faxinal – PR



**Fonte:** Tsukamoto; Asari (2012)

Segundo Tsukamoto e Asari (2012), no que se refere à distribuição da população, os municípios apresentam similaridades, observando-se uma variação entre 3 e 16 mil habitantes (tabela 1), sendo que a população rural representa entre 19% e 52% do total.

**Tabela 1** – Número de habitantes e densidade demográfica por município (2010)

Município	Faxinal	Bom Sucesso	Rio Bom	Kaloré	Borrazópolis	Cruzmaltina
População	16.314	17.243	3.334	4.506	7.878	3.162
Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	22,79	24,46	18,75	23,31	23,56	10,12

Realização:



Apoio:



Patrocínio:





Fonte: Censo Demográfico. IBGE, 2010

O Censo Agropecuário de 2006 (Tabela 2) nos traz a ideia da representatividade da agricultura familiar nessa microrregião. Os estabelecimentos de agricultores familiares representam 78,1% do número total de estabelecimentos e 20,6% da área, entre a agricultura não familiar esse valor se inverte com 21,9% do número de estabelecimentos concentrando 80% da área. Em Kaloré, por exemplo, a agricultura não familiar conta com 8,6% dos estabelecimentos, mas concentra 45% das terras.

**Tabela 2:** Estabelecimento e área da agricultura familiar – 2006

Municípios	Totais		Agricultura Familiar				Agricultura Não Familiar			
	Est.	Área	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%
<b>Total</b>	<b>4578</b>	<b>228 292</b>	<b>3 575</b>	<b>78,1</b>	<b>46 809</b>	<b>20,6</b>	<b>1 003</b>	<b>21,9</b>	<b>181 483</b>	<b>79,4</b>
Bom Sucesso	408	31 824	224	55,0	3 560	11,2	184	45,0	28 264	88,8
Borrazópolis	942	30 580	799	84,8	11 377	37,2	143	15,2	19 204	62,8
Cruzmaltina	441	29 473	331	75,0	3 963	13,4	110	25,0	25 511	86,6
Faxinal	1057	53 316	827	78,2	8 392	15,7	230	21,8	44 924	84,2
Kaloré	721	17 176	659	91,4	9 472	55,1	62	8,6	7 704	45,0
Marumbi	487	48 687	306	62,8	3 831	7,9	181	37,2	44 856	92,1
Rio Bom	522	17 236	429	82,2	6 216	36,0	93	17,8	11 020	64,0

Fonte: Censo Agropecuário. IBGE, 2006

Na microrregião geográfica de Faxinal, o setor agropecuário superou o industrial passando de 26,3% para 32,7% no período de 1999 a 2004; As lavouras temporárias predominam com 71,05% dos estabelecimentos, a pecuária (basicamente de corte), se destaca. O município de Faxinal apresenta a olericultura em estufas desde 2000, demonstrando a posse de tecnologia agrícola, refletindo na elevação do custo da produção. (TSUKAMOTO; ASARI, 2012)

## REFLEXÕES ACERCA DA QUESTÃO DE GÊNERO

Entende-se por gênero as determinações e visões que as diferentes culturas atribuem aos papéis sociais de acordo com os sexos, ou seja, é compreendido de acordo com as relações socialmente atribuídas, as quais mudam de acordo com o contexto. (SARTORI; BRITO, 2008). A maior parte das sociedades divide as funções entre os padrões feminino e masculino, em que a esfera pública é associada ao

Realização:



Apoio:

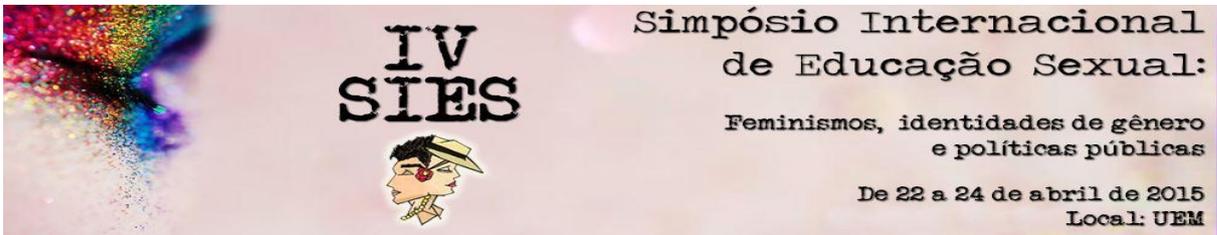


**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





homem e a privada ou doméstica é associada ao cuidado das crianças e à reprodução, portanto à mulher.

O determinismo biológico seria definidor das desigualdades entre mulheres e homens, tendo a medicina e as ciências biológicas como importantes aliadas que, durante muito tempo, subsidiaram as normas sociais quanto às relações de gênero. Também a antropologia combinou muitas vezes uma explicação funcionalista das sociedades coletoras-caçadoras com uma explicação evolucionista do homem, para justificar a diferença sexual, na qual o homem teria uma composição biológica mais apropriada à caça e as mulheres ao cuidado dos filhos e à coleta de alimentos (VIANNA, RIDENTI, 1998, p.97).

Desta maneira, se questiona qual a origem das diferenças entre as funções atribuídas aos homens e às mulheres, considerando que o homem possui uma capacidade inata de liderança que o torna mais capaz de garantir o sustento da família. Já em relação à mulher, que é referenciada somente à maternidade e a sua condição de fêmea, resta o cuidado e a criação.

Deste modo, são atribuídas as características identitárias relativas a ambos, sendo a masculina associada à força física e virilidade, e, portanto, ao poder. Como resultado, há uma oposição entre o masculino e o feminino e uma cristalização das concepções sobre o que deve ser atribuído ao homem e a mulher, como é o caso dos cursos de enfermagem, pedagogia, fisioterapia, por exemplo, os quais exigem o cuidado e a atenção com o outro. Porém, é claro que o ato de cuidar depende mais do compromisso e dedicação e não ao sexo de quem o exerce.

Devido a estes fatores e atribuições comentadas, há uma assimetria nas divisões de poder, as quais favorecem, em maior parte, os homens. No que se refere às relações de poder, Foucault afirma que:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nu, suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1989. p. 183).

No Brasil, a igualdade entre homens e mulheres se tornou um direito fundamental somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir

Realização:



Apoio:



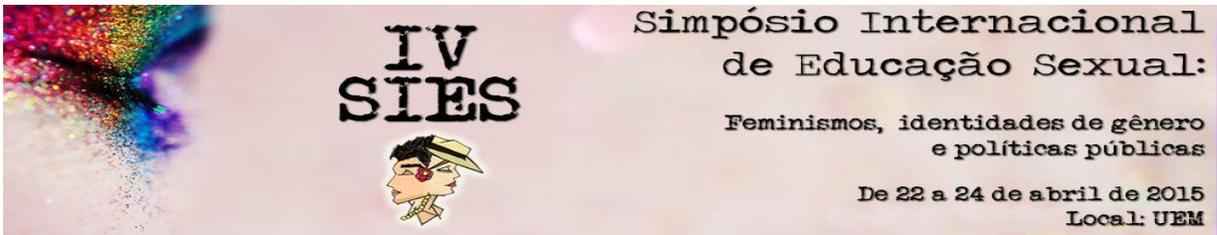
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



disto, as definições constitucionais foram sendo convertidas aos poucos em legislação ordinária, o que está levando a uma redução gradativa de desigualdades entre homens e mulheres conforme as décadas (ALVES; CORREA, 2009).

Porém, as disparidades ainda existem em relação ao mercado de trabalho, por exemplo, pois ainda que as mulheres tenham aumentado vertiginosamente sua participação na PEA (População Economicamente Ativa) nas últimas décadas, a diferença entre gêneros persiste principalmente no que diz respeito aos salários. A média salarial delas corresponde a 72,3% da média dos homens, sendo que a desigualdade é ainda maior conforme aumenta escolaridade (ESTADÃO, 2010).

Apesar das mulheres possuírem menor remuneração que os homens, elas possuem maior média de anos de estudo. Segundo o IPEA (2012), dentre a população ativa e maior de 16 anos, as mulheres contam, em média, com 9,4 anos de estudo, enquanto os homens detêm 8,1 anos. A diferença é maior quando se considera apenas homens de pele negra ou parda, os quais passam apenas 7,2 anos estudando, em média. Neste contexto há uma desigualdade reversa de gênero (ALVES; CORREA, 2009), que aponta para uma desvantagem social dos homens, e igualmente uma disparidade racial, que atinge também as mulheres negras.

Em relação ao uso do tempo, segundo dados do IPEA (2012), há no Brasil uma considerável disparidade entre as horas dedicadas a trabalhos domésticos entre a população ocupada, sendo que as mulheres com 16 anos ou mais gastam mais de 25 horas semanais com estes afazeres, enquanto os homens, apenas 10,8 horas. O estudo também mostra que 89,1% das mulheres acima de 16 anos se dedicam às tarefas domésticas, e entre os homens esta porcentagem é de 47,4%. Além disso, o aumento do número de mulheres como chefes de família é outra tendência crescente no país, já que em dez anos quadruplicou o percentual de mulheres que são as principais responsáveis pelo sustento da casa. Ao todo, 38,1% das famílias são chefiadas por alguém do sexo feminino, já entre os casais com filhos, as mulheres representavam 19,4% em 2012.

Deste modo, é importante que ao mesmo tempo em que não nos esqueçamos de renunciar às diferenças que existem entre o masculino e o feminino,

Realização:



Apoio:

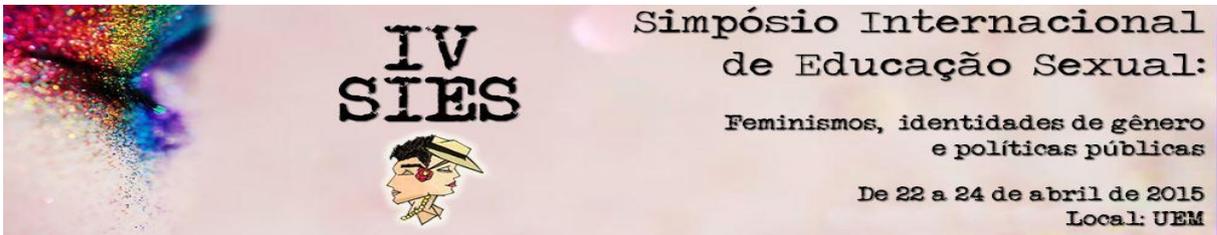


**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





não podemos renunciar à igualdade, ao desejo de que não haja mais a subordinação de um pelo outro e a desigualdade entre duas pessoas que, muitas vezes, exercem as mesmas funções, tarefas e responsabilidades.

Uma das formas de contribuir para a compreensão e tolerância das diferenças por parte de grande parcela da sociedade é por meio do ensino. A educação contribui para que as formas de relacionar sejam transformadas positivamente, para que não sejam mantidos e preservados os diversos tipos de preconceito, os quais, muitas vezes, são arraigados fortemente ao senso comum.

Com relação às políticas públicas para as mulheres no campo, podemos citar o PRONAF, e sua linha especial para as mulheres o PRONAF-Mulher, Menegat e Farias (2010) investigaram a atuação do PRONAF-Mulher entre as mulheres no município de Dourados (MS), sendo observada a importância socioeconômica do fomento, já que o PRONAF-Mulher visa propiciar visibilidade aos sujeitos historicamente desconsiderados do fazer social – mulheres- que sempre se fizeram presentes, por conseguinte, sem visibilidade projetada. Segundo as autoras “[...] o PRONAF-Mulher reconhece as mulheres enquanto sujeitos atuantes e autônomos e que podem ser interlocutoras de suas condições de trabalho e de gestão de empreendimentos e negócios nos pequenos sítios.” (MENEGAT; FARIAS, 2010, p.10)

O PRONAF-Mulher, visa reconhecer as mulheres enquanto trabalhadoras retirando-as do modelo familiar que segundo as autoras, em que o homem aparece como o responsável pelo trabalho e as mulheres e jovens são negligenciados da condição de trabalhadores; Isto se mostra visível nos encaminhamentos dos mesmos juntos aos órgãos financiadores de processos produtivos, que exigem atuações de expressão assumidas pelos homens.

Assim, as relações desiguais entre homens e mulheres dificulta seu empoderamento, o qual é entendido como mecanismo de resistência e emancipação, mas os processos emancipatórios não ocorrem de forma rápida, porque precisam romper com estruturas tradicionais e até mesmo as mulheres tem a regras do patriarcado interiorizadas. Na sua pesquisa foram localizadas 16 mulheres

Realização:



Apoio:



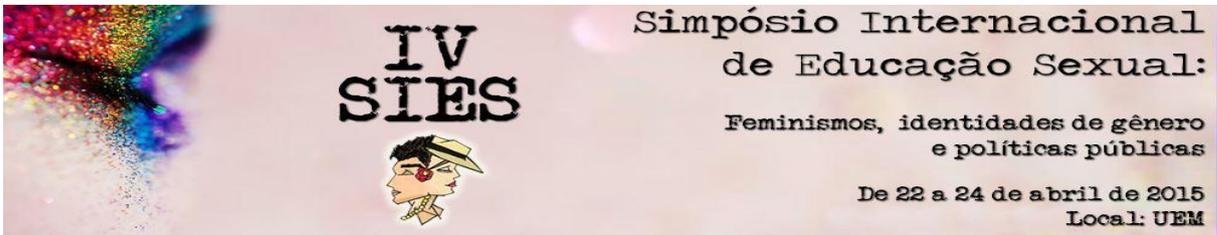
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



que acessaram o PRONAF-mulher, sendo que 14 delas usaram o financiamento para comprar matrizes leiteiras, atividade tipicamente masculina. As explicações para a pouca participação de mulheres no PRONAF-mulher são: diferentes relações de poder entre mulheres e homens; poucas informações do PRONAF direcionadas as mulheres. (MENEGAT; FARIAS, 2010).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas entrevistas com 21 famílias na microrregião geográfica de Faxinal em maio de 2014. Destas, 61,90% cultivavam cereais em suas propriedades e 28,57% cultivavam hortifrutícolas para comercialização. Apenas três dos entrevistados não eram donos da propriedade, e sim arrendatários; as terras abrangiam áreas entre 4,84 e 91,96 hectares. Além disso, 61,90% obtiveram suas propriedades por meio de herança, 23,80% por meio de compra, já os outros 14,30% arrendavam ou dividiam suas terras com alguém da família, geralmente pais ou irmãos.

Em relação às famílias, a tabela 3 apresenta a idade dos membros que ainda vivem no campo de acordo com o sexo.

**Tabela 3:** Idade dos membros das famílias entrevistadas

Sexo	Idades							Total
	0 a 11	12 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	60 ou mais	
Feminino	6	4	5	8	13	4	5	45
Masculino	4	8	8	6	9	8	5	48
Total	11	11	13	14	22	12	10	93

**Fonte:** pesquisa “in loco” Microrregião geográfica de Faxinal – mai. 2014.

Os dados evidenciam que a maioria dos moradores das propriedades possuía entre 41 e 50 anos de idade no momento da entrevista. Percebe-se que entre os jovens (12 a 30 anos), a maioria é masculina, o que se reverte a partir do começo da meia-idade, principalmente nas idades entre 41 a 50 anos, em que as

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





mulheres são maioria em comparação com todos os níveis de idade, o que novamente muda na faixa entre 51 a 60 anos.

Já de acordo com o relato dos representantes das famílias, das seis mulheres entre 12 e 30 anos que viviam nas terras, apenas duas trabalhavam nas propriedades, as outras garantiam sua renda na cidade como atendentes, agentes de saúde, administradoras, entre outros. Já em relação às mulheres acima de 30 anos, apenas 50% destas eram declaradas como agricultoras, sendo que em parte dos casos, suas atividades no campo eram vistas pelo esposo como apenas um auxílio; o restante das trabalhadoras nesta faixa etária eram principalmente donas de casa ou professoras na cidade.

Em relação ao local de nascimento dos membros das famílias entrevistadas, a maioria dos moradores é originária do próprio município no qual reside ou de outras da própria microrregião, como se verifica na tabela 4.

**Tabela 4:** Local de nascimento dos membros das famílias entrevistadas

	Local de Nascimento						
	Microrregião de Faxinal	PR*	SP	MG	SC	PI	BA
Indivíduos (%)	71,13	16,66	5,55	3,33	1,11	1,11	1,11

**Fonte:** pesquisa “in loco”. Microrregião geográfica de Faxinal – mai. 2014.  
\*municípios não pertencentes à microrregião.

A maior parte dos moradores nascidos em outros estados possuía mais de 60 anos no momento da entrevista, pois no século XX prevaleciam emigrações de longa distância e especialmente aquelas ocorridas entre os estados brasileiros, tendência que se modificou após os anos 1980. Porém, há uma exceção: três jovens que nasceram em Minas Gerais. Percebe-se que predominam as migrações de curta distância, pois, dos indivíduos que migraram, a maior parte saiu de um município da própria microrregião.

Entre os indivíduos que já emigraram e vivem na zona urbana atualmente, a maioria são mulheres (64%). O principal motivo para as migrações entre elas é o casamento (50%), seguido do emprego (25%), do estudo (9,52%) e de dificuldades enfrentadas no campo (9,52%), entre outras causas, como a busca por melhores

Realização:



Apoio:

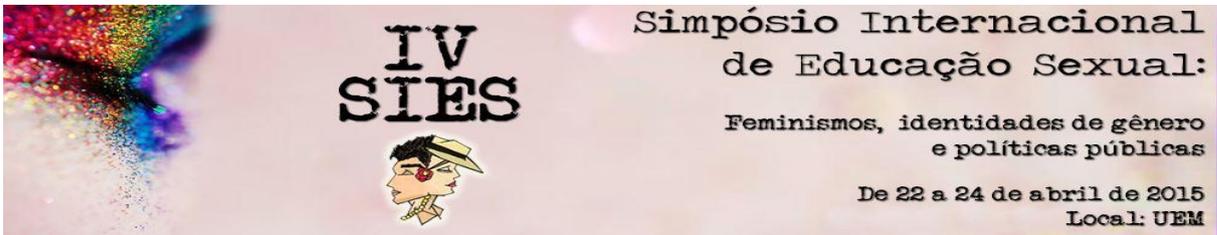


**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





condições de vida e a falta de empatia com a vida no campo. Esta situação evidencia uma possível submissão da esposa frente o marido, sendo que esta o segue quando ele vive na área urbana. Porém, ao mesmo tempo, observa-se que entre as mais jovens, as principais razões para migrar são o trabalho e o estudo. Já entre os homens, o principal motivo das migrações está relacionado com problemas enfrentados na área rural (33,33%), além do trabalho (25%), do estudo (16,66%), de motivos externos, e também, a falta de empatia.

No que se refere aos anos de estudo, percebe-se por meio da análise dos questionários, todas as crianças e adolescentes em idade escolar frequentam as escolas. Em relação às diferenças de gênero, percebe-se que somente as mulheres possuíam ensino superior (3,44%) e pós graduação (3,44%), mas, tanto a maioria dos homens quanto das mulheres havia cursado somente até o ensino médio (34,48%) ou interrompido seus estudos no atual 5º ano (34,48%), apesar de ser maior o numero de homens que finalizou somente o 2º grau. Além disso, o número de homens e mulheres que se mudaram para as áreas urbanas em busca de estudo é equivalente.

Quando questionados sobre as possíveis medidas que podem incentivar e atrair os jovens para que estes prefiram viver no campo, a maioria dos entrevistados respondeu que incentivos voltados a agricultura familiar, a estabilidade financeira e a melhoria nos rendimentos, apesar de escassas e que poderiam auxiliar na diminuição do êxodo rural pela juventude.

**Tabela 5 – Permanência no campo\***

Medidas	nº	%
Incentivos à agricultura familiar	7	26,92
Estabilidade financeira e melhora nos rendimentos	7	26,92
Melhor infraestrutura	3	11,53
Gostar de trabalhar na área rural	3	11,53
Mais cursos e incentivos aos jovens	3	11,53
Mais terras disponíveis	1	3,84

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





**Fonte:** pesquisa “in loco”. Microrregião geográfica de Faxinal – mai. 2014.

\*respostas múltiplas.

As principais causas para as emigrações das áreas rurais citadas pelos membros das famílias entrevistadas são relacionadas às dificuldades econômicas e à procura de emprego na área urbana, o que condiz com a resposta dos mesmos sobre a permanência no campo, já que os produtores confirmaram a necessidade de melhorias nos aspectos financeiros do agricultor familiar, para que os jovens, aqueles mais emigram hoje em dia, não se dirijam para as cidades.

Reforçamos que existem políticas públicas voltadas às mulheres do campo que visam incentivar e valorizar financeiramente o trabalho feminino nas propriedades, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual possui uma linha de crédito especificamente feminina: o PRONAF Mulher, programa que realiza financiamentos utilizados para as atividades agropecuárias, no artesanato e em outros setores que possam interessar a mulher agricultora. Deste modo, os programas governamentais voltados à população feminina do campo buscam alternativas que favoreçam a continuidade da mulher na área rural, sua possível independência financeira, e a diminuição da invisibilidade que o trabalho feminino ainda sofre no campo, já que, como já exposto, a maior parte dos homens considera que as mulheres apenas os ajudam.

Porém, nas propriedades visitadas, as famílias que acessavam o PRONAF não faziam parte do financiamento voltado às mulheres, sendo que as esposas usavam o investimento realizado pelos maridos, e como é o caso de uma família em que a dona de casa havia construído um local para a fabricação de pães, que eles venderiam posteriormente, algo que serviria de uma renda extra para a mulher e para a família.

Porém, percebe-se que muitas vezes o esforço das mulheres do campo em buscar estas alternativas de renda ainda é impedido pela diretriz estabelecida por seus maridos, os quais as impedem de fazê-lo. Ao entrevistar uma proprietária no município de Borrazópolis, a qual vivia somente com o filho, a mesma comentou que as mulheres das redondezas haviam se reunido em uma associação com o objetivo

Realização:



Apoio:



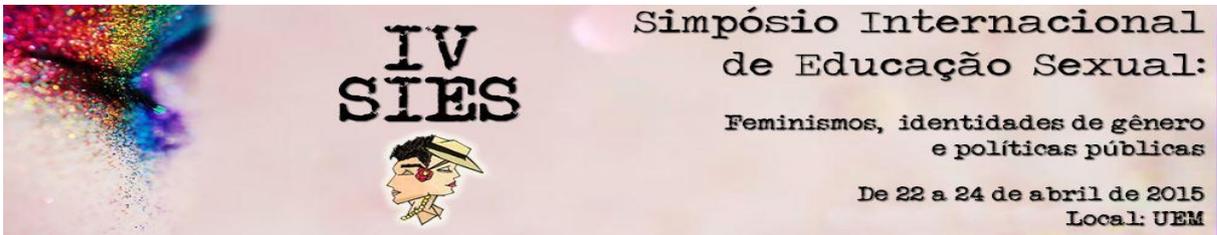
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



de fabricar e vender bolachas, geleias e outros produtos para garantir uma renda extra. Entretanto, a grande maioria desistiu porque os maridos não queriam que suas esposas trabalhassem o dia todo fora de casa, seja na área urbana ou na associação. Segundo a entrevistada, inicialmente participavam 30 mulheres que trabalhavam na cozinha, implantada com a ajuda da EMATER, mas que no momento só restavam cinco mulheres trabalhando. A mesma ainda afirmou que “tinha e tem sorte”, pois seu filho e seu marido, já falecido, não esperavam que ela realizasse alguns trabalhos domésticos, como preparar a refeição ou lavar os pratos.

Ademais, durante as análises dos questionários e das entrevistas é perceptível que são poucas as jovens que ainda vivem com suas famílias na área rural. Aquelas que ainda resistem à atração das cidades são casadas, em sua grande maioria, sendo responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos e, às vezes, também trabalhando nas atividades agropecuárias juntamente com os esposos, os quais se incumbem somente deste serviço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que é pequeno o espaço para a mulher na área rural (e fora dela) nos dias de hoje. Mas, mais que isto, nota-se o papel subalterno que as mesmas possuem na vida das famílias, sendo que, na maior parte das vezes, são elas que seguem os maridos para onde quer que eles vão; que cuidam e trabalham pela família mas tem seu esforço reconhecido apenas como um auxílio aos esposos; que precisam sair da área rural para buscar sua independência, seja por meio do estudo ou do trabalho, já que no campo a sucessão das atividades é direcionada ao homem; e que são impossibilitadas pelos esposos de garantir uma renda extra para si e para a família.

Deste modo, acredita-se também que a permanência feminina no campo vai além da independência financeira, pois é também um problema que envolve homens e mulheres, suas convicções e conceitos, os quais foram construídos e perpetuados historicamente pela sociedade. Porém, a garantia de renda pela mulher do campo,

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



quando possível, é algo necessário e importante para a continuidade de suas atividades, mas é não a solução para o êxodo rural por parte das mulheres.

## REFERENCIAS

ALVES, J. E. D.; CORREA, S. *Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo*. 2009. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/cairo15/Cairo15\\_3alvescorre a.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/cairo15/Cairo15_3alvescorre a.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CANDIOTTO, L. Z. P. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, Marcos; SUZUKI, Julio; MARAFON, Glaucio. (Org.). *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, v. 1, p. 275-298

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set. 2001.

ESTADÃO. *Salário médio da mulher é 27,7% inferior ao do homem*. 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,salario-medio-da-mulher-e-27-7-inferior-ao-do-homem,8102e>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>>. Acesso em 19 de Mar. 2014.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado, 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *RELATÓRIO PRONAF: Resultados da etapa Paraná*, 2006.

IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE: CIDADES. *Paraná*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=41>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

IPARDES. *Diagnóstico socioeconômico do território Vale do Ivaí*. Estado do Paraná. Curitiba: IparDES, 2007

Realização:



Apoio:



DTP  
Departamento de  
Teoria e Prática  
da Educação



Patrocínio:



PlayBook



IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/retrato/tabelas/bloco\\_11/Tabela\\_11.2.xlsx](http://www.ipea.gov.br/retrato/tabelas/bloco_11/Tabela_11.2.xlsx)>. Acesso em: 16 jan. 2015.

MENEGAT, A. S. FARIAS, M. F. L. Pronaf mulher: perspectivas para o empoderamento feminino nos assentamentos rurais do estado de mato grosso do sul. In VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural - Porto de Galinhas, 2010.

MDS. *Agricultura Familiar*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>>. Acesso em 20 de Mai. 2014.

SARTORI, A.; BRITO, N. S. (org). *Gênero na educação: espaço para a diversidade*. Florianópolis: Genus, 2008.

TSUKAMOTO, R.Y.; ASARI, A.Y. *Permanência/resistência e a ação do Estado: o produtor familiar da Microrregião Geográfica de Faxinal- PR*. Londrina: UEL/PROPPG, 2012. (Projeto de Pesquisa)

VIANNA, C. RIDENTI, S. Relações de gênero na escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, J. G. *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998.

### **THE WOMEN'S ROLE AT THE FAMILY AGRICULTURE ESTABLISHMENTS IN FAXINAL'S GEOGRAPHICAL SUB-REGION (PR)**

The Family Agriculture nowadays is currently configured as the main responsible for the Brazilian food security. However, with the decrease of population living in the rural area, there is the growing trend of labor shortage, as are young people, mostly women, who migrate to urban areas in search of work and study. Studies in the rural area were made including interviews and questionnaires with many family farmers of the Faxinal's geographical sub-region (PR), as well the readings about: family agriculture, gender issues, public policy, and etc. Therefore, the systematization of all collected data and their analysis was realized, resulting in the final text. This study's objective is demonstrate and recognize how live the rural women, including their role and their difficulties. It was found, that those who still resist the lure of the cities are mostly married, and most wives are prevented by their husbands to work outside the property. Some can reverse the situation join in to government policies that allow women do their jobs on their property and seek a source of income.

**KEYWORDS:** Rural Women; Gender; Family Agriculture;

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook